



DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA
DA CONSTRUÇÃO

Grupo de Trabalho Segurança em Edificações

25 de fevereiro de 2016



Ações em andamento

Esfera Federal:

- ✓ PL 6014/2013 e PLC 31/2014: ambos no radar do convênio entre a Fiesp e a Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU, presidida pelo Dep. Fed. Júlio Lopes.
- ✓ Conforme Solicitação do Presidente da CDU, foi realizado levantamento sobre segurança predial pelo mundo.



França



a) Instalação Elétrica

Legislação: Decreto 2008-384 e Lei 2006-872.

Resumo: Inspeção em instalações novas e reformadas (desde 1968) para ligação de energia e liberação pelo governo local.

Para instalações com mais de 15 anos, na venda do imóvel residencial deve ser apresentado um relatório (visual e ensaios).

Periodicidade anual para imóvel de afluência de público.

Executor: Organismos de certificação acreditado.

Os profissionais que atuam nesses organismos são reavaliados a cada 5 anos.

b) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: Associação Francesa de Normalização - AFNOR, normalização nacional e regulamentação federal.

Resumo: Inspeção periódica em 4 modelos:

- Instalações novas, antes da ligação de gás;
- Instalações modificadas;
- locais específicos;
- substituição de aquecedores de água.

Alemanha



a) Instalação Elétrica

Legislação: BGV / GUV-V A3 E

Resumo: Verificação (visual e ensaios) de instalações novas é compulsória.

No caso de venda e aluguel, é exigida toda a documentação de verificação.

Periodicidade: 1 ano para edificação comercial e com afluência de público, e 4 anos para as demais.

Executor: Pelo instalador (qualificado por formação técnica, treinamento e supervisão de especialista).

b) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: DIN, normalização nacional e regulamentação local.

Resumo: Inspeção periódica em função da localidade. Foco principal é em certificação em mão de obra.

Reino Unido



a) Instalação Elétrica

Legislação: National Electrical Regulation, Part “P”

Resumo: Compulsória para Instalações elétricas novas (desde 1980).

Executor: Instalador.

b) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: BSI, normalização nacional e regulamentação federal.

Resumo: Inspeção periódica da instalação a cada 5 anos por empresas instaladoras acreditadas

Bélgica



a) Instalação Elétrica

Legislação: EPB Verification Scheme

Resumo: Verificação das Instalações elétricas novas é compulsória (desde 2000), com validade de 10 anos.

No caso de comercialização do imóvel, é necessário apresentar a documentação da verificação.

Executor: Por organismos de certificação acreditados.

Irlanda



a) Instalação Elétrica

Legislação: ET 101 : 2008

Resumo: Verificação das instalações elétricas novas é compulsória (desde 2008), para uso comercial e industrial.

Para uso residencial, somente no caso de comercialização do imóvel é exigido o relatório de inspeção (visual e ensaios).

Executor: Por organismos reconhecidos pela CER (Commission of Energy Regulation).

Itália



a) Instalação Elétrica

Legislação: DPR 22/2008

Resumo: Obrigatoriedade de manutenção das instalações elétricas somente em relação às condições do trabalhador (equivalente a NR10 do MTE).

Para o SPDA são definidas periodicidade anual de 5 anos (geral) e 2 anos para locais de assistência à saúde e com riscos de incêndio.

Executor: Por organismos designados pelo Ministério.

Portugal



a) Instalação Elétrica

Legislação: Decreto Lei 101/2007 (revisão do original)

Resumo: Inspeção compulsória em instalações novas e reformadas para ligação de energia e liberação pelo governo local (desde 1992).

Inspeções adicionais somente quando solicitados pelos governos locais.

Executor: Associações inspetoras oficiais.

Espanha



a) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: AENOR, normalização nacional e regulamentação federal.

Resumo: Inspeção periódica da instalação a cada 5 anos por empresas instaladoras acreditadas

Estados Unidos



a) Instalação Elétrica

Legislação: Estadual - diversas

Resumo: Cada Estado define a inspeção em instalações novas e reformadas, seguindo os parâmetros do National Electrical Code (NEC), equivalente a NBR-ABNT 5419.

Executor: Inspetor individual credenciado.

b) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: ANSI/NFPA, normalização nacional e regulamentos governamentais.

Resumo: Inspeção em caso de nova ligação ou reclamação.

Austrália



a) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: Regulamentos estaduais – diversos e Cias. de Gás.

Resumo: Inspeção periódica da instalação a cada 5 anos por empresas instaladoras acreditadas

Japão



a) Instalação Elétrica

Legislação: Apresentação FESIA.

Resumo: Verificação inicial (visual e ensaios) pela Distribuidora de Energia Elétrica, cujo valor já é incluído na tarifa de energia elétrica.

Periodicidade de 4 anos para edificações residenciais e comerciais em geral e anual para casas de repouso de idosos, piscinas e banhos públicos, escolas, hospitais e centros culturais.

Executor: Associações de inspeção de segurança elétrica ou a própria Distribuidora de Energia Elétrica.

b) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: JIS, normalização nacional e regulamentos governamentais.

Resumo: Inspeção periódica a cada 3 anos, pela empresa instaladora acreditada ou a Distribuidora de gás.

Chile



a) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: Regulamento Federal.

Resumo: Inspeção periódica da instalação a cada 5 anos.

Executor: Empresas instaladoras acreditadas.

Colômbia



a) Instalação de Gases Combustíveis

Legislação: NTC, Normalização nacional e regulamento federal.

Resumo: Inspeção periódica da instalação a cada 5 anos.

Executor: Empresas instaladoras acreditadas, envolvendo tanto as inspeção das instalações de gás, quanto controle dos aparelhos de gás, e registro das empresas instaladoras.

Ações em andamento



Esfera Estadual:

- ✓ Envolvimento com outras Federações, para participação. A saber:
 - Federação das Indústrias do Estado da **Bahia**
 - Federação das Indústrias do Estado de **Minas Gerais**
 - Federação das Indústrias do Estado de **Santa Catarina**
 - Federação das Indústrias do Estado do **Rio de Janeiro**
 - Federação das Indústrias do Estado de **Pernambuco**
 - Federação das Indústrias do Estado do **Rio Grande do Sul**
 - Federação das Indústrias do **Distrito Federal**
 - Federação das Indústrias do Estado de **Goiás**

- ✓ Estratégia: Envio de carta, **assinada pelo Coordenador do GT e pelo Diretor Titular do Deconcic**, ao setor responsável pela Construção, já em **março de 2016**, seguido de contato pela Chefia de Gabinete da Fiesp diretamente à Chefia de Gabinete da respectiva Federação.

Minuta

São Paulo, ____ de _____ de 2016.
DECONCIC nº _____

Ilmo. Sr.

Setor _____
Federação das Indústrias do Estado _____

Prezado Senhor,

Levamos ao conhecimento de V.Sª. que foi constituído no âmbito deste Departamento o **Grupo de Trabalho sobre Segurança em Edificações**, cujo objetivo é aumentar a segurança nos imóveis construídos há mais de 15 anos, por meio da conscientização dos usuários e responsáveis pelas edificações a respeito da importância em aumentar os níveis de segurança, reduzindo os riscos de acidentes, danos às pessoas e ao patrimônio, assim como conscientizar os parlamentares sobre a importância de instrumento legal que garanta a obrigatoriedade de inspeção técnica periódica nas edificações, para verificação das condições mínimas de segurança e exigência de regularização.

O GT é composto por 16 entidades do setor da construção (relação em anexo) e atua em 03 frentes: Legislação, Normalização e Estratégico; Financiamento e Seguradora; e Mão de Obra Qualificada e Certificação.

Primeiramente, as atividades desenvolvidas focaram na área de Legislação, identificando na esfera federal 02 Projetos de Lei em andamento, os quais atendem aos objetivos desse GT: Projeto de Lei nº 6014/2013, que determina a realização periódica de inspeções em edificações e, o PLC 31/2014, que estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial. Para ambos os projetos, o Deconcic apresentou sugestões de emendas, visando aprimorar o projeto. No âmbito estadual, o Grupo, por meio do Deconcic, está atuando juntamente com a Frente Parlamentar da Indústria da Construção, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para criação de Projeto de Lei estadual.

Considerando a relevância do tema, acreditamos que a participação dessa Federação é de fundamental importância para a implementação das medidas necessárias no país. Dessa forma, solicitamos avaliar a indicação de representante para participar das discussões e avaliar atuações junto às demais lideranças empresariais e autoridades públicas acerca do assunto.

Atenciosamente,

Ações em andamento

Esfera Estadual:

- ✓ Minuta de Projeto de Lei Estadual, em colaboração com o NAL/Fiesp para posterior entrega à Frente Parlamentar da Indústria da Construção

FRENTE PARLAMENTAR DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

A Frente Parlamentar da Indústria da Construção (FPIC) possui como objetivo fortalecer a cadeia produtiva do setor, por meio da sustentação dos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano. A FPIC foca na redução do ciclo de obras



Plano de ações para 2016

- ✓ Apresentação do projeto às entidades dos membros dos GT.
- ✓ Guia da Edificação Segura:
 - Conteúdo técnico já levantado pelo Grupo.
 - Plano de Marketing em elaboração pelo setor de Marketing da Fiesp.



Calendário de Reuniões 2016

- ✓ Periodicidade Mensal
- ✓ Terceira semana do mês
- ✓ 5ª Feiras
- ✓ Horário: 10:00h às 12:00h
- ✓ Local: Fiesp

| Mês | Dia |
|----------|-------------|
| Março | 18 |
| Abril | 20 (quarta) |
| Maio | 19 |
| Junho | 23 |
| Julho | 21 |
| Agosto | 18 |
| Setembro | 22 |
| Outubro | 20 |
| Novembro | 17 |



DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA
DA CONSTRUÇÃO

Grupo de Trabalho Segurança em Edificações

25 de fevereiro de 2016

